

Diretor:
Sede da entidade: _____
Alvará de Funcionamento:
Telefone:
Fax:
E-mail:

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Fins a quais a fundação se destina:

religiosos assistenciais culturais
 saúde ensino pesquisa

Possui prazo de duração? Sim Não . Qual?

Qual a forma que a fundação exerce suas atividades?

Firmou convênio ou contrato com órgão ou entidade pública ou privada? Sim Não . Especificar _____

O ato de instituição da fundação foi formalizado através de:

Testamento Escritura Pública

3 DO ESTATUTO

Encontra-se aprovado pela curadoria das associações? Sim Não

Foi registrado em cartório de registro civil de pessoas jurídicas? Sim Não

Descreve expressamente a denominação, fundo social, fins e sede da entidade?

Sim Não

Estabelece o prazo de duração da entidade? Sim Não . Qual? _____

Indica quais os órgãos competentes para representar a fundação em juízo e fora dela?

Sim Não . Detalhar _____

Dispõe sobre a organização administrativa da fundação? Quais os órgãos que a compõem?

Conselho Diretor/ Diretoria

Conselho Curador

Conselho Deliberativo

Conselho Fiscal

Dispõe sobre processo de escolha dos titulares das várias funções e duração dos respectivos mandatos?

Sim Não

Estabelece o processo de alteração dos estatutos nos moldes dispostos no art. 67 do Código Civil? Sim Não

Delimita as condições de extinção da fundação? Sim Não . Entre as hipóteses descritas no estatuto consta:

quando se tornar ilícito o seu objeto

quando se tornar impossível ou inútil a sua manutenção

se vencer o prazo da sua existência

Especifica a destinação do patrimônio em caso de extinção da fundação? Sim Não . Especificar _____

Dispõe de cláusula que estipule caso haja extinção da entidade que os bens dos quais é dotada retornarão ao patrimônio do instituidor? Sim Não

Dispõe sobre o regime de contratação dos funcionários da entidade? Sim Não

De que forma se realiza?

Descreve o processo de escolha dos titulares das várias funções e duração dos respectivos mandatos?

Sim Não . Detalhar _____

Define as responsabilidades de cada membro da administração das fundações?

Sim Não

Estabelece se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade? Sim Não

Há vedação expressa de qualquer forma de distribuição de lucros e dividendos aos instituidores ou administradores ou mesmo de remuneração dos cargos da fundação?

Sim Não

Estabelece a possibilidade de decretação de intervenção administrativa judicial por parte do MP? Sim Não

4 DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

O patrimônio da fundação é constituído de:

Imóvel

Móvel

Dinheiro

Doações, legados ou aquisições

Os bens da fundação encontram-se livres e desembarçados de qualquer ônus ou ações judiciais? Sim Não

Os bens de que a fundação é dotada estão em quantidade suficiente para atender seus objetivos fundamentais? Sim Não

Compõem a receita da fundação:

rendas resultantes da prestação de serviços

contribuições de pessoas físicas e jurídicas

auxílios e contribuições de entidade privada

produtos de operações de crédito

rendimentos próprios dos imóvel(eis) que possui

usufrutos que lhe é conferido

rendimentos decorrentes de título de sua propriedade

juros bancários

outros

O patrimônio, receitas, bem como eventual superávit da fundação são utilizados tão somente para a manutenção de seus objetivos?

5 DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

Ocorre a prestação de contas anual ao MP? Sim Não

Dispõe de livros revestidos das formalidades legais capazes de assegurar a exatidão contábil/fiscal? Sim Não

Realiza prestação de contas de acordo com a SICAP- Sistema de Cadastro e Prestação de Contas? Sim Não

Dispõe de orçamento uno e anual de modo a compor todas as suas receitas e despesas? Sim Não

Observa os princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade durante a prestação de contas da fundação? Sim Não

Realiza a prestação de contas dos recursos e bens de origem pública recebidos pela fundação, de acordo com o disposto no

art. 70, parágrafo único da C.F? Sim Não

Dá publicidade, por meio eficaz a qualquer cidadão, durante a prestação de contas da fundação? Sim Não

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Data/hora da visita: _____

Documento Coletados: _____

Entrevistados: _____

Observação da Equipe de Fiscalização: _____

Equipe de Fiscalização: _____

Parecer: _____

Assinatura/Data

PROVIMENTO Nº 005/2010-MP/PGJ/CGMP, DE 22 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades ou programas destinados ao cumprimento de medidas sócio-educativas não privativas de liberdade de Prestação de Serviços a Comunidade e Liberdade Assistida, e dos direitos e deveres dos adolescentes submetidos às referidas medidas, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e a CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais (Arts.10, XII e 17, IV, da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993- Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados c/c os Art.18, XII e 37, XII da Lei Complementar nº 57, de 06 de julho de 2006- Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO, o disposto no Art.25, VI da Lei nº 8.625/93- Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados (LONMP) c/c o Art.95 da Lei 8.069/90 (ECA) e o art.52, VIII da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (LOMP/PA), que dispõem sobre a fiscalização das entidades que abriguem adolescentes pelos órgãos de execução do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de efetivar o controle da atuação funcional do membro do Ministério Público referente à permanente e atualizada fiscalização da regularidade processual e dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não privativas de liberdade, de acordo com a nova LOMP/PA;

CONSIDERANDO ainda que o tema foi objeto de discussão desta Corregedoria-Geral com os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, objetivando a inclusão pelo Ministério Público de medidas adequadas às atividades de monitoramento dos órgãos de execução do Ministério Público, de acordo com a nova LOMP/PA.

RESOLVEM:

Art. 1º - Incumbe ao membro do Ministério Público do Estado do Pará, quando no exercício de suas respectivas atribuições:

I- exercer em caráter permanente a fiscalização das unidades ou programas que executam medidas socioeducativas de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida, de acordo com o disposto nos Art. 95 da Lei 8.069/90 (ECA), Art. 25, VI da LONMP c/c Art.52, VIII da LOMP/PA, devendo elaborar relatório de visita (modelos anexos I);

Art.2º - Os relatórios de visita às unidades ou programas de cumprimento de medidas socioeducativas não privativas de liberdade (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida), constituem instrumentos de controle da atuação funcional e de fiscalização da regularidade processual e dos direitos desses adolescentes, pelo Ministério Público.

§1º. Cópias dos instrumentos a que se refere este artigo deverão ser arquivadas, no respectivo órgão de execução do Ministério Público, em pastas separadas, e em meio eletrônico, claramente identificadas.

§2º. Cópia do relatório de visita deverá ser encaminhada à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público – arquivo por meio eletrônico no endereço: corregedoria@mp.pa.gov.br, para fins de compor banco de dados e facilitar o acompanhamento das visitas -, solicitando, quando for o caso, a intermediação desses órgãos para solução dos casos de maior gravidade ou complexidade.

Art.3º - Ao membro do Ministério Público recomenda-se adotar as providências necessárias, tendentes ao bom funcionamento das unidades ou programas de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida, sempre que constatar irregularidades e descumprimento às normas constantes dos arts. 117, 118 e 119 da Lei 8.069/90 (ECA) e art. 227 da Constituição Federal.

Art.4º - Ao membro do Ministério Público observar o estabelecido no Art.154, incs. XXIV, XXVI da LCE nº 057 de 06 de julho de 2006: "não se afastar do exercício do cargo, nos casos legalmente permitidos, (...) sem repassar ou deixar à disposição de seu substituto ou sucessor, relatório sucinto e objetivo sobre os serviços do cargo, especialmente quanto aos que estiverem pendentes de conclusão ou providências".

Parágrafo Único - Para ressaltar de responsabilidade, caberá ao eventual substituto ou sucessor comunicar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, tão logo inicie a substituição ou sucessão, o descumprimento, pelo substituto ou sucedido, do disposto na parte final do referido artigo.

Art.6º - Este Provimento entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Belém (PA), 22 de abril de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

ROTEIRO DE FISCALIZAÇÃO ESPECÍFICO PARA ENTIDADES E/OU PROGRAMAS QUE EXECUTAM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE OU PROGRAMA

Nome: _____

Data da implantação: _____

Sede/Endereço: _____

CNPJ: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Site/e-mail: _____

Nº do Alvará de funcionamento: _____

Nº do Alvará sanitário: _____ Data da expedição: _____

Inscrição no CMDCA: _____

Inscrição no CEDCA: _____

Nome do dirigente: _____

R.G: _____ CPF: _____

PERFIL DA CLIENTELA

Capacidade de atendimento: _____

Faixa etária: _____

Sexo: Nº de masculinos: _____ Nº de femininos: _____

Perfil socioeconômico dos adolescentes atendidos (aspectos como renda composição familiar, moradia, etc.): _____

Qual a tipificação dos atos infracionais cometidos por tipo? _____

DADOS PESSOAIS DO ADOLESCENTE SUBMETIDO À PSC

Nome: _____

Sexo: _____

Data do nascimento: _____

Município/Comarca de origem: _____

Grau de escolaridade: _____

Pais/Responsáveis: _____

Endereço dos Pais/ Responsáveis: _____

Data do início do cumprimento da medida: _____

Ato infracional cometido: _____

Autoridade que determinou: _____

Nº do Processo: _____

Providências realizadas: _____

Atualmente encontra-se estudando? Sim Não

Encontra-se atuando no mercado de trabalho? Sim Não

Participa de outros programas sociais na comunidade? Sim Não Quais? _____

Situação atual do cumprimento da medida pelo adolescente: _____

RECURSOS HUMANOS

Quantos profissionais integram a equipe técnica? _____

São exclusivos do programa? Sim Não

Qual a formação desses profissionais? _____

Possui um técnico para cada vinte adolescentes? Sim Não

Possui um profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviço comunitário (chamado referência socioeducativo) para cada grupo de até dez adolescentes? Sim Não

Possui um profissional do local de prestação de serviço diretamente ligado ao exercício da atividade realizada pelos adolescentes (denominado de orientador socioeducativo) para até dois adolescentes simultaneamente a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe?

Sim Não

Tanto a referência quanto o orientador socioeducativo são pessoas próprias dos locais de prestação de serviço que estão incumbidos de acompanhar qualitativamente o cumprimento do programa? Sim Não

Existe processo de formação continuada para esses orientadores e referenciais?

Sim Não . Como ocorre? _____

Qual a carga horária dos mesmos? _____

Como foram escolhidos? _____

Quem coordena essa equipe? _____

Quais os cursos ofertados? _____

Qual a duração dos mesmos? _____

Quem é o(s) responsável (eis) por sua oferta? _____

Faltam profissionais para compor a equipe? _____

Como poderia ser aprimorada a estrutura humana do programa? _____

ASPECTOS PEDAGÓGICOS E DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE

Quantos adolescentes estão prestando serviços à comunidade neste momento? _____

Como são feitas as explicações acerca das razões de o adolescente estar participando do programa e no que consiste a aplicação da medida?

Sim Não

Existe um responsável da equipe por tal tarefa ou a mesma é compartilhada? _____

Sim Não

Possui projeto pedagógico claro e escrito? Sim Não

Cada adolescente possui Plano Individual de Atendimento (PIA)? Sim Não . Contém:

dados pessoais- nome/sexo/raça

foto

histórico de vida

explicação acerca da necessidade de PSC

avaliação da situação familiar

relatos de outros ações realizadas

avaliação periódica

estudo social de cada caso.

Qual o período estimado para o estudo do caso? _____

Como ocorre a participação dos adolescentes na formulação do PIA? _____

Na elaboração do PIA são realizadas atividades que favoreçam o autoconhecimento, a sondagem das aptidões, as habilidades, os interesses e motivações do adolescente, bem como o auxílio na formação de um novo projeto de vida? Sim Não

Com que periodicidade se dá avaliação da execução PIA? _____

Após a elaboração do PIA este é encaminhado ao Poder Judiciário? _____

Sim Não

Mantém relatório de acompanhamento destes Planos? Sim Não